

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CLARISSA MAIORINO BERNARDO

Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo: alguns desafios

Guarulhos

2021

CLARISSA MAIORINO BERNARDO

Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo: alguns desafios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariângela Graciano.

Guarulhos

2021

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais no 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Bernardo, Clarissa Maiorino

Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo: alguns desafios./ Clarissa Maiorino Bernardo – Guarulhos, 2021.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

Orientadora: Mariângela Graciano.

Título em inglês: Youth an adult education in State oof São Paulo: some

1. Educação de Jovens e Adultos 2. Freire 3. Analfabetismo no Brasil 4. Taxas de matrículas I. Graciano, Mariangela. II. Projeto de Monitoria em EJA.

CLARISSA MAIORINO BERNARDO

Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo: alguns desafios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariângela Graciano.

Aprovado em: 15 de agosto de 2021

Prof^a. Dr^a. Mariângela Graciano

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Emerson Izidoro

Universidade Federal de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Adriana Regina Braga

Universidade Federal de São Paulo

"Não há educação neutra! Toda educação, não importa se ela seja educação que trabalhe ou que se trabalhe com crianças, com adolescentes, com adultos, em universidades, nas escolas, nas cidades, em comunidades celestiais de base, não importa onde se faça educação, ela é sempre um ato político." (FREIRE, 1986)

Agradecimentos

Desde o momento em que o trabalho de conclusão de curso passou a ser algo presente na minha vida acadêmica pensava em o que colocar nos agradecimentos, afinal foram muitas pessoas que fizeram parte dessa trajetória, de diferentes formas, em diferentes momentos.

Creio que o mais correto seja começar um agradecimento aos professores que compuseram essa caminhada tão bonita que tive na UNIFESP, a todos do departamento de Educação um muito obrigada, em especial para a minha orientadora Mariângela que topou embarcar nessa loucura que eu chamo de TCC, sempre sendo atenciosa e compreensiva comigo, se não fosse por ela esse trabalho não sairia de um rascunho de ideias, obrigada por ser esse exemplo de professora que fez eu me apaixonar pela Educação de Jovens e Adultos, afinal tudo começou na aula dela.

Aos meus familiares, um obrigado especial ao meu pai, minhas avós e minha tia pelos abraços acolhedores que me deram quando se fez necessário, pela compreensão e suporte. Ao meu irmão e minha cunhada, por sempre estarem presentes e me incentivarem durante todo o percurso. Os agradecimentos nunca serão suficientes pelo que vocês fizeram e fazem por mim nesses 24 anos.

Aos meus companheiros de caminhada Izabella, Andressa, Carlos e Marina, meus agradecimentos, por terem passado por toda a graduação ao meu lado. À Bateria Malaguetta meu muito obrigada mais carinhoso, por ter sido meu refúgio nos dias difíceis em Guarulhos, obrigada Kaique por ser o melhor padrinho de bateria e por sempre estar disponível para conversar.

Aos meus companheiros de monitoria Luana, Luciano, Guilherme e Mitiko, minha gratidão, esse projeto não teria sido tão bonito e emocionante se vocês não fizessem parte, ao Filipe por ter se aproximado durante o planejamento do Centenário e se tornado um grande amigo, me tranquilizando e sendo parceiro nos momentos necessários.

Um obrigado, aos guias e orixás por me guiarem nessa caminhada e me fazerem ganhar uma nova família no meio do caos chamado faculdade, obrigada aos meus irmãos e irmãs de santo por sempre me darem um abraço fraterno e palavras de carinho quando eu

mais precisei. Ao meu amigo e pai de Santo, minha eterna gratidão, por todo o cuidado e compreensão que teve comigo desde o início.

Meu mais sincero 'muito obrigada' ao meu amigo Well, aquele que foi mais presente que qualquer outro amigo que eu possa citar aqui, que nos momentos mais complicados da sua vida tirava um tempo para me ouvir e cuidar de mim, não fazendo ideia do quão importante foi cada minuto que ele doou pra mim, até os puxões de orelha precisam ser agradecidos, obrigada pelas risadas, todos os nossos momentos juntos e pela parceria que se estabeleceu nesses anos de amizade.

E à mulher da minha vida, minha mãe, por nunca ter desistido de mim e dos meus sonhos, mesmo em momentos que eu mesma já não acreditava mais, por ter sido extremamente compreensiva nos meus momentos de desespero e estresse durante a graduação, pelos cafés com leite no meio de um parágrafo e outro e pelas conversas que sempre me tranquilizaram. Esse trabalho é dedicado a ela, por ser uma das mulheres mais incríveis que eu conheço, sem ela eu não chegaria até aqui.

Nunca foi sorte, sempre foi Exu!

Odoyá!

Atotô!

Ogunhê!

Resumo

Esse trabalho é um Relato da Experiência de participação no Projeto de Monitoria: “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos”, realizado ao longo do 2º semestre acadêmico de 2020, portanto, durante o período de isolamento social em virtude da Pandemia Covid 19, que impôs o modelo de aula em ADE – Atividade Domiciliar Emergencial. Trata-se da descrição e análise do processo de construção e oferta da unidade curricular “Educação de Jovens e Adultos: diversidade e práticas educativas”, que tem como principal referencial teórico-metodológico a obra de Paulo Freire, assim como a realização de atividades de extensão que tiveram como objetivo a difusão e o debate o pensamento do autor, vinculadas ao curso de Pedagogia da Unifesp. As análises sobre a experiência estão apoiadas em Freire (1968, 1996); Di Pierro (2011), Ireland (2012), Arroyo (2012), entre outros. Como resultado trouxe a reflexão de como as universidades estão formando os professores para darem aula nessa modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos - Monitoria - Paulo Freire – Formação de Professores - Direitos Humanos

Abstract

This work is a Report of the Experience of participating in the Monitoring Project: “Paulo Freire and the Education of Youth and Adults”, carried out during the 2nd academic semester of 2020, therefore, during the period of social isolation due to the Covid Pandemic 19, which imposed the class model in ADE – Emergency Home Activity. This is the description and analysis of the process of construction and offer of the curricular unit “Youth and Adult Education: diversity and educational practices”, which has as its main theoretical-methodological reference the work of Paulo Freire, as well as the carrying out of educational activities. extension whose objective was to disseminate and debate the author's thought, linked to the Pedagogy course at Unifesp. Analyzes about the experience are supported by Freire (1968, 1996); Di Pierro (2011), Ireland (2012), Arroyo (2012), among others. As a result, it brought a reflection on how universities are training teachers to teach in this modality.

Keywords: Youth and Adult Education - monitoring - Paulo Freire - teacher formation - human rights

Índice

Introdução	pg. 11
Quadro Teórico	pg. 15
Contextualização da Experiência	pg. 20
Descrição da experiência com análise teórica	pg. 24
Analfabetismo no Brasil e Matrículas no Estado de São Paulo: uma breve análise	pg. 35
Considerações Finais	pg. 44
Referências Bibliográficas	pg. 50
Apêndices	pg.51

Introdução

Dois mil e vinte foi o ano em que a terra parou, fazendo uma pequena alusão ao músico visionário Raul Seixas, e as pessoas do planeta inteiro resolveram que não iriam sair de casa, por não terem escolha, o que torna a situação mais delicada. Foi necessário repensar toda a nossa vida, inclusive a forma como a universidade funcionaria remotamente, incluindo uma monitoria nesse formato, fazendo desse o nosso maior desafio. Nesta breve introdução pretendo mostrar minha trajetória acadêmica até o Projeto de Monitoria “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos” e como foi fazer parte do mesmo, explicitando as razões para que se tornasse meu trabalho de conclusão de curso.

O interesse pela Educação de Jovens e Adultos nasceu junto com o primeiro contato com Paulo Freire, na Unidade Curricular Fixa “Filosofia e Educação II” no 4º Termo do Curso de Pedagogia, em 2017, e sob a regência do profº Dr. Daniel Revah. A partir dali entendi qual caminho gostaria de seguir, mas não sabia como.

No decorrer da minha graduação fui obtendo novas experiências sobre o assunto, como a Unidade Curricular Eletiva “Educação Escolar em Espaços de Privação de Liberdade”, dois anos após o meu primeiro contato com Freire e decidindo nesta matéria pesquisar mais sobre o Estado de São Paulo e a sua relação com a Educação de Jovens e Adultos, já que sempre pareceu uma relação conturbada, marcada pela omissão do estado na oferta desta modalidade de ensino (Graciano, 2019).

A Unidade Curricular Eletiva “Desigualdade de Raça, Gênero e Políticas Públicas”, no 8º Termo em 2019, sob a regência a Profª Dra. Marina Pereira de Almeida Mello, me instigou a fazer o recorte de gênero e raça em relação ao índice de analfabetismo e, por fim, a Unidade Curricular Fixa “Educação de Jovens e Adultos: Diversidade e Práticas Educativas”, também no 8º Termo me proporcionou a oportunidade de ler “Pedagogia da Autonomia, tendo pela primeira vez contato o pensamento freireano, especificamente, na relação entre docentes e estudantes ou, educandos(as) e educadores(as), e provocou a reflexão sobre experiências de EJA, notadamente, sobre as práticas educativas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), durante visita realizada à uma “área de ocupação”, localizada em Guarulhos, como parte das atividades de avaliação da referida UC. As dúvidas e admirações suscitadas nos levaram até o conceito de Educação Popular, definindo assim o campo no qual eu gostaria de seguir estudando.

Quando a monitoria surgiu como oportunidade eu já tinha bem claro o que gostaria de pesquisar, a relação do Estado de São Paulo com a Educação de Jovens e Adultos, mas um dos meus sonhos a essa altura era poder estar em uma sala de aula da EJA, vi na monitoria a chance de ter essa experiência.

No formato remoto, em ADE, uma vez que participei do projeto de monitoria do segundo semestre de 2020, tive a oportunidade junto com meus quatro colegas, Luana Tortorette, Guilherme D’Aragão, Luciano Venâncio e Mitiko Imai de compreender e auxiliar a construção de uma unidade curricular, a escolha dos temas das aulas, a separação dos textos propostos para, e também os complementares para que quem tivesse curiosidade sobre o assunto pudesse busca-los, separação do material áudio visual, para que não ficasse tão pesado apenas os textos e também presenciar todo o cuidado para que os(as) educandos(as) não ficassem sobrecarregados na matéria, esse primeiro momento de preparação foi muito bonito e de uma delicadeza, pensando sempre no melhor para os reais protagonistas, sempre abertos para propostas de mudanças, no cronograma ou nas atividades avaliativas.

O contato com a obra de Paulo Freire se fez presente mais uma vez, mas de uma forma diferente, podendo auxiliar os educandos com a obra *Pedagogia do Oprimido* (1968) e a exposição da mesma, vivenciando uma troca de perspectivas diferentes de uma mesma obra, sendo colocado à minha frente ideias que não tinha notado na primeira leitura e também a forma como cada grupo, vespertino e noturno, decidiu passá-la para o restante da turma, me proporcionando discussões distintas e ao fim um sentimento gratificante por ter feito parte da discussão que gerou resultados extraordinários.

Destaco uma parte da avaliação do processo de um dos alunos para exemplificar um pouco sobre o que Freire traz sobre juntar teoria e prática “Aprendi sobre a importância da educação de jovens e adultos, anseio pela prática, pois a teoria me trouxe inquietudes a qual despertaram ainda mais a minha vontade de explorar a área.” (G.S.B,2021). É pelas nossas inquietudes que exploramos mais a área, e acabamos fazendo sempre aquele movimento de retomarmos nossas práticas e reavê-las que é sempre importante como Freire sempre ressalta.

Ao final recebemos o retorno dos alunos, no qual pudemos ver um pouco do fruto da unidade curricular para cada um, tivemos um trabalho temático que os alunos tinham a

liberdade de escolher temas e liga-los à Educação de Jovens e Adultos, ou pegar temas da mesma que mais o tinham interessado ou despertado curiosidade, e os resultados foram incríveis, alguns temas foram “A importância das relações entre a População LGBTQI+ e a EJA”, “O aluno surdo na Educação de Jovens e Adultos”, “A Diversidade de Gênero na EJA”, “EJA: Diversidade e Práticas Educativas” mostrando para nós que eles compreenderam a diversidade de temas que a EJA pode nos proporcionar, nos deixando emocionados por vermos que tudo que tínhamos planejado, com tanto carinho e cuidado, foi recebido pelos educandos de uma forma excepcional.

Foi também pela monitoria que vivenciei a iniciação do projeto para o evento “Paulo Freire: 100 anos de práxis libertadora” que nasceu no Campus Guarulhos, com a colaboração dos campi Baixada Santista e São José dos Campos “para celebrar o legado do pensamento de Freire e refletir sobre sua reinvenção nos tempos atuais” (UNIFESP, 2021), o evento teve início como uma iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas freireanos da UNIFESP e foi se compondo por docentes, discentes e membros da comunidade, no qual pude contribuir ativamente para que tomasse forma, acompanhando as reuniões, construindo o calendário, a programação e a identidade visual, que foi criada em cima do logo do evento no qual foi escolhido após um curso de extensão com estudantes da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, defendido pelo colega Guilherme que se opôs a ideia de um concurso, trazendo um argumento freireano sobre a importância do processo e de construir em conjunto. Foi uma experiência que estamos colhendo os frutos, até o momento que este trabalho foi escrito, com a exposição das mesas e seus convidados. Foi de extrema importância fazer parte desta construção tão bonita a várias mãos e que ficará marcado.

Como dito anteriormente, vi na monitoria a chance de experimentar a docência em EJA, e entra aqui o motivo de transformar essa vivência em um trabalho final, de conclusão de curso, foi esse momento que me trouxe certezas para aquilo que ainda não estava firmado, trouxe a segurança de que conseguiria estar à frente de uma sala e era o que realmente gostaria de seguir. Foi por essa vivência que consegui experimentar o que Paulo Freire sempre defendia, a junção de teoria e prática, poder experienciar quatro anos e meio de teoria, com auxílio da Professora Doutora Mariângela Graciano e contribuição do colega de monitoria Guilherme D’Aragão montamos uma aula sobre os “Desafios atuais da EJA”, no qual pude contribuir com dados sobre analfabetismo e índices de matrículas no Estado de São Paulo,

podemos olhar para o texto do Timothy e ressaltar uma parte que para mim impacta e perpassa por todos os desafios que a modalidade apresenta

“Portanto, embora a educação possa contribuir para a transformação das relações sociais, também contribui para a manutenção das mesmas. Nesse sentido, no contexto brasileiro, a educação continua gerando desigualdades ao distribuir desigualmente oportunidades e qualidade de serviços educacionais. Conforme o relatório do CDES, o sistema educacional tanto escolariza pessoas com insuficiências em aprendizagens fundamentais quanto expulsa estudantes precocemente.” (IRELAND, 2012, pg. 4)

afinal temos, como educadores, que superar um sistema que já está sucateado que ao invés de trazer os educandos para as aulas e fazer com que eles tenham o seu direito de permanência garantido acaba por expulsá-los e não sendo interessante o suficiente para seus educandos. Logo a ideia de preparar uma aula e compartilhar aquele conhecimento com outras pessoas, mesmo que de modo remoto, foi gratificante e importante para que eu experimentasse a docência num formato diferente das escolas, me dando uma bagagem para ministrar aulas para qualquer idade, com o ideal de educandos ativos e participativos.

São detalhes que vão se acumulando em um lugar muito particular dentro de nós, não fica apenas na questão teórica e mexe com nossos sentimentos de alguma forma, comigo não foi diferente e fez com que eu me apaixonasse mais ainda pela EJA e a docência nela. Acredito que experiências incríveis merecem ter o seu devido destaque para que de alguma forma incentive outras pessoas a se permitirem vivenciá-las.

Importante ressaltar que além de toda a experiência como monitora, trago uma pesquisa sobre os índices de analfabetismo no Brasil dentro de 20 anos e as taxas de matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo desde 1999, trazendo uma análise de ambos os cenários da forma mais clara e simples possível.

Quadro Teórico

Pretendo aqui delinear o quadro teórico utilizado como base para este relato de experiência, justificando a escolha de cada texto para o tema proposto. Uma monitoria na graduação em uma unidade curricular de jovens e adultos com enfoque em Paulo Freire tem vários pontos a serem trazidos, desde a sua construção, o trato com o educando e a relevância do que se é ensinado.

A primeira parte da experiência, pensando do modo prático, será justificado com base em Paulo Freire e sua concepção de educação

“Educação que proponha(...) ao povo reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel (...), que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades de que decorreria sua capacidade de opção” (FREIRE, 1967, pg.80)

Levando em conta que nossos alunos trazem consigo sua visão de mundo por suas vivências, é necessário que seja incluído dentro do material proposto toda essa experiência que eles possuem e que haja espaço para eles exporem o mesmo, podendo trazer reflexões para o grupo de educandos e educadores sempre com o ideal de troca e uma visão crítica à nossa realidade “partir do ‘saber de experiência feito’ para superá-lo não é ficar nele” (FREIRE, 1992, pg.70-71 APUD SOARES, 2013, pg. 253), como Soares(2013) traz em seu texto, com uma citação de Freire (1992):

“O que tenho dito sem cansar, e redito é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos [...] trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. Sua fala, seu modo contar, de calcular, de seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força, dos santos, dos conjuros” (FREIRE, 1992, pg, 85-86 APUD SOARES, 2013, pg.252)

Trago o texto “Dialogicidade e a formação de educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire” de Leôncio José Gomes Soares, publicado em 2013, como base para o desenvolvimento do trabalho em relação à unidade curricular e sua construção, e a nossa participação como monitores/educadores, e a forma como precisamos pensar e repensar essa matéria, com o adendo de estarmos fazendo tudo isso de forma remota, como Soares(2013) traz “educadores de alunos jovens e adultos exige deles um perfil plural, múltiplo e, mais do que isso, flexível, movediço”(pg.253)

Trago “Entrevista e Palestra/Conferência de Paulo Freire às margens do Velho Chico, nos idos de 1986...” de Maria de Fátima Mota Urpia, publicado em 2020, para pautar uma discussão sobre o educador de jovens e adultos e a necessidade dele de saber o momento de tomar a frente e o de dar espaço, como Freire fala em uma das suas palestras

“[...] encarnar esse momento de que a palavra do educador é necessária, ele não pode negar a palavra dele ou dela, mas há momentos em que o silêncio dele é absolutamente necessário para que a palavra do educando se constitua em liberdade na relação com a autoridade da palavra do educador.” (URPIA, 2020, pg.11)

Sabemos que a EJA tem um histórico de luta, por parte dos movimentos sociais, e de descaso por parte do Estado, e que só teve seu direito firmado na Constituição de 1988 e com políticas públicas específicas sendo feitas a partir dali, em um país que desde a colonização demonstra ter problemas com analfabetismo entre os cidadãos adultos.

“Com a desorganização do sistema de ensino produzido pela expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, somente no Império voltaremos a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos.” (HADDAD, DI PIERRO, 2006, pág. 2)

Após mais de 500 anos passados desde o Brasil colônia, continuamos com os descasos com a educação de jovens e adultos e esses sinais são discretos e podem ser vistos na

“[...] inadequação do calendário antecipado, na passividade da “chamada pública” (reduzida à publicação das datas de inscrição no Diário Oficial), na exigência de número mínimo de candidatos para a abertura de turmas, na política de nucleação em escolas-polo e no veto à atribuição de turmas de EJA a professores efetivos (medidas essas operadas por comunicação oral ou por mecanismos informais, uma vez que não foi possível localizar portarias ou documentos oficiais que orientem explicitamente nessa direção), reforçados pela ausência de oportunidades de formação continuada e de materiais didáticos específicos para a modalidade.” (HADDAD, 2015, pg.22)

Para pautar teoricamente os dados de analfabetismo no Brasil com o recorte de 20 anos e as taxas de matrículas da educação de jovens e adultos no Estado de São Paulo trago “Educação de Jovens e Adultos como política pública no Brasil (2004-2010): os desafios da desigualdade e da diversidade” de Timothy D. Ireland, publicado em 2012,

“[...] o princípio da educação para todos que, em essência, estaria em completo acordo com a noção de aprendizagem ao longo da vida, na prática foi consistentemente reduzido para a dimensão escolar da aprendizagem ao longo da vida. Ao conter metas específicas para a educação de jovens e adultos, a própria EJA se expressa em muitas políticas nacionais prioritariamente como escolarização compensatória ou equivalência para jovens e adultos que não acessaram a educação na idade considerada ‘própria’, conforme mencionado anteriormente.” (IRELAND, 2012, pg. 2)

Também para pautar esse assunto trago a série documental Relatos de Pesquisa “A Avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados”, de 2015, coordenado pela Vera Masagão Ribeiro, Roberto Catelli Jr. E Sérgio Haddad, destaco em especial o texto “ A situação educacional de jovens e adultos e as tendências recentes da EJA no Brasil”,

“A história da EJA ensina que a demanda potencial não se transforma em demanda real sem que haja estímulo por parte das políticas públicas, tanto por meio da oferta de serviços de qualidade quanto pela busca ativa daqueles que podem ser beneficiados por eles.” (HADDAD, 2015, pg. 18)

Da mesma série documental, o texto “O impacto da inclusão da EJA no FUNDEB: o caso do Estado de São Paulo”

“Considerando que, no caso da EJA, a configuração escolar molda a demanda (MESSINA, 1993), adquire força a hipótese de que é necessário rever o rígido modelo escolar predominante (reduzido à aceleração de estudos do “ensino supletivo”), em favor de formas de organização mais flexíveis, relevantes, apropriadas e atrativas [...], o que requer, entre outros insumos, a formação específica de docentes, equipes pedagógicas e gestores.” (HADDAD, 2015, pg. 21)

Por fim, o texto de Maria Clara Di Pierro e Salomão Barros Ximenes, publicado em 2011, “Políticas e direitos educativos dos jovens e adultos no Estado de São Paulo: notas de pesquisa e relato de intervenção”

“Em outras palavras, os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não acorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais.” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg.7)

Como a ideia é justificar as taxas, tanto de analfabetismo quanto de matrículas, expus trechos dos textos que me ajudaram nisso na hora de ter um olhar mais focado nelas, não apenas com um olhar de números, mas realmente o que eles querem dizer, além do descaso do Estado, mesmo que outras pautas possam fazer sentido dentro dessa, como se fossem uma reação em cadeia, mas a questão da demanda, da formação do educador de jovens e adultos, o modelo escolar, a ideia de educação ao longo da vida e como ela foi transformada.

Além dos aparatos legais como a Constituição de 1988, trazendo no artigo 208 a garantia da EJA como obrigatório e gratuito, “**Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive

para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988), trazendo também nos seus parágrafos que além de obrigatório e gratuito, é responsabilidade do poder público a sua oferta, o não oferecimento ou o oferecimento irregular importa responsabilidade da autoridade competente. “§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.” (BRASIL, 1988)

Trago um Decreto do Estado de São Paulo, de 16 de fevereiro de 1996, em que o governo do estado extingue as salas de alfabetização e ensino fundamental das escolas de âmbito estaduais, passando então a responsabilidade para o governo dos municípios. Em seu texto, Antônio Agarita Secretário do Governo e Gestão Estratégica Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica do estado de São Paulo na época , alega a necessidade de descentralização da gestão educacional numa nova percepção do atendimento aos problemas que a sociedade apresentava, com o objetivo de melhoria e expansão do Ensino Público Fundamental de modo que propiciasse condições reais de acesso e permanência na escola para todas as crianças, importante ressaltar que nesse decreto em nenhum momento é explicitado a educação de jovens e adultos, mas mesmo assim ela foi transferida para os municípios, indo contra ao que seria meses depois assegurado pela LDB, de se pensar características e modalidades específicas.

“Considerando a necessidade de descentralização da gestão educacional com base no princípio da responsabilização, numa nova percepção do atendimento aos problemas que a sociedade apresenta;

Considerando, finalmente, a necessidade de se dar cumprimento ao disposto no artigo 240 e nos §§ 1º e 2º do artigo 249 da Constituição do Estado, objetivando a melhoria e expansão do Ensino Público Fundamental, de modo a propiciar a todas as crianças condições de real acesso à escola e que nela permaneçam e progridam, Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental, através de ação conjunta dos poderes executivos estadual e municipal.” (SÃO PAULO, 1996)

Trago também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, que reforça no âmbito legal aquilo que a Constituição de 1988 trouxe no artigo 4, quando escrita seu inciso I, mas sofrendo alterações em 2013 e passando a ser o inciso IV, trazendo com essa mudança um ponto de extrema importância para a Educação de Jovens e Adultos, além da reafirmação da EJA como direito que deve ser assegurado, ela traz que é necessário pensar a EJA de forma adequada, com características e modalidades

adequadas às suas necessidade e disponibilidades, além de garantir condições de acesso e permanência.

“Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;” (BRASIL, 1996/2013)

Contextualização da Experiência

Ao longo da minha caminhada percebi que a melhor forma de se justificar algumas escolhas é mostrando a trajetória até ali, como na ideia de os meios justificarem o fim. O meu caminho dentro da universidade em algum momento se perdeu, não havia certeza dentro de mim sobre qual área da Pedagogia eu deveria seguir, me simpatizava com a educação infantil, mas ainda não era o que despertava curiosidade, indignação e/ou paixão, logo compreendia que não era ainda o que deveria pesquisar e seguir dentro da minha graduação. Mas o cenário mudou assim que fui apresentada a Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido (1968) foi o meu primeiro contato com ele, tudo que estava ali escrito fazia tanto sentido pra mim de uma forma que não tinha acontecido até aquele momento da minha formação, e que viria a ocorrer em outros três momentos, antes da monitoria.

Sempre me movi pelos meus sentimentos e como os diversos assuntos eram recebidos por eles, ver em Paulo Freire outro olhar para a educação fez com que nascesse uma esperança dentro de mim, fazendo com que eu olhasse para a educação de jovens e adultos de uma forma mais curiosa e atenta. Trago um trecho no qual Arroyo (2012) traz um olhar delicado e sensível sobre o trabalho de Freire, que acredito elucidar bem o motivo, de ao ler as obras dele esse sentimento vir à tona

“Paulo não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos, mas reeduca a sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos como sujeitos de sua educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e culturas. Outros sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizagem, em formação.

Não propõe como educá-los, mas como se educam, nem como ensinar-lhes, mas como aprendem, nem como socializá-los, mas como se socializam, como se afirmam e se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são.”
(Arroyo, 2012, pg. 27)

Esse interesse despertado ficou guardado por um tempo, vindo a aparecer novamente na Unidade Curricular Eletiva “Educação Escolar Em Espaços De Privação De Liberdade”, foi nessa matéria que me senti instigada com a Educação de Jovens e Adultos e decidi seguir pesquisando e estudando mais sobre. A indignação que me foi causada em uma das aulas foi sobre como o estado de São Paulo lidava com a EJA, como eram os investimentos e como estavam as matrículas, por ser o estado mais rico do país eu esperava que o interesse e suporte à educação fosse diferente do que realmente é. A realidade do estado é um desinteresse com a

modalidade, passando a responsabilidade para os municípios e se omitindo de qualquer compromisso com tal.

Continuando minha caminhada dentro da universidade e pela educação de jovens e adultos chega então a Unidade Curricular “EJA: diversidade e práticas educativas” no qual me proporcionou a experiência de conhecer a ocupação Hugo Chávez localizada em Guarulhos, SP, do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), através de um trabalho que tínhamos a liberdade de escolher uma experiência de educação de jovens e adultos, eu e meu grupo optamos por ver como funcionava a educação de jovens e adultos dentro de uma ocupação para compreender as práticas pedagógicas naquele espaço, lá eles fizeram uma biblioteca como o principal símbolo de resistência, onde ocorre a alfabetização de jovens e adultos entre 30 e 60 anos e também reforço escolar para as crianças, despertando em mim o interesse pela concepção de educação popular e o trato com a obra de Paulo Freire, foi nela também que tive mais contato com as obras dele, em particular *Pedagogia da Autonomia* (1996) que ele traz saberes necessários à prática educativa, a forma como estrutura o livro e traz ponto a ponto como é ensinar e o que um professor ‘precisa’ ter para tal ato e todas as questões que perpassam a EJA, políticas públicas que a asseguram e como foi a conquista delas, a diversidade do público e que o objetivo central da EJA não teria como ser a alfabetização, já que ela é parte de um processo maior de conscientização e percepção do mundo ao redor dos educandos.

Até aqui, todas as experiências foram de forma presencial, mas a partir daqui uma “chave” vira e as experiências passam a ser remotas, de forma virtual, trazendo os desafios de estar trancados em casa a pelo menos 4 meses, tempo de tela alto e o não contato físico, o que dificulta qualquer relação/experiência humana/educacional, onde o olho no olho e muitas vezes um abraço já ajudam e/ou melhoram a situação, mostrar que se importa e se preocupa com aquela(s) pessoa(s) presencialmente é mais simples, mas a volta das aulas de forma remota, em ADE, trouxe esses novos desafios para lidarmos e repensarmos. Então, por fim, antes de chegar à monitoria, passei pelo Programa de Residência Pedagógica: Educação de Jovens e Adultos, que me impactou e me trouxe mais interesse na área com os debates que foram apresentados aos educandos inscritos ao longo dos nossos encontros remotos, no qual destaco o encontro com as professoras Marina Mello e Marina Versolato, tendo como base o texto de Miguel Arroyo “Outros sujeitos, outras pedagogias”, elas trouxeram a questão sobre

as pedagogias tradicionais ignorarem os sujeitos que estão a “margem” e que por fim estes acabam por desestabilizar as pedagogias hegemônicas, já que não aceitam a relação de dominação que estas impõem, e como os movimentos sociais criam outras plataformas para suprir o papel do Estado e não se veem como excluídos ou marginalizados, pois 19 ocuparam o seu espaço. Entender os sujeitos da EJA nos faz entender qual a função do educador e a necessidade de se ter um olhar sensível para com os educandos, se moldando às urgências postas à sua frente.

Após toda essa caminhada e o interesse pela EJA consolidado, candidatei-me à monitoria com o intuito de me aprofundar tanto na teoria quanto na prática na educação de jovens e adultos, não via como melhor fazer isso dentro da minha formação e das oportunidades que estavam à minha frente do que em uma unidade curricular como “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos”, já estava pesquisando dentro da área e via a monitoria como uma forma de entender o processo de construir em conjunto uma matéria, em ver resultados tão bonitos construídos a várias mãos.

Ao entrarmos em quarentena e perceber que essa não acabaria tão cedo como gostaríamos, a chance de fazer a monitoria me trouxe um pouco de energia, a bolsa não era um dos pontos mais importantes para mim já que eu estava precisando de incentivos para continuar estudando o que tanto me interessava, então não me importei de ser monitora voluntária quando a professora falou que seria possível se eu não me importasse, compreendi que a experiência era fundamental para a minha formação. A oportunidade de fazer parte da construção de uma unidade curricular desde a separação dos textos que usaríamos até os resultados finais que ela poderia nos trazer me pareceu a experiência perfeita para concluir minha graduação, hoje felizmente posso dizer que estava certa, e um dos grandes desafios era fazer toda a preparação para uma matéria de forma remota, era necessário repensar toda a estrutura desde a duração das aulas até os trabalhos que seriam pedidos aos educandos.

A monitoria apresentava as oportunidades, além da construção da UC, compor o Grupo de Estudos e Pesquisas Freireanos, constituído em 2018 da Unifesp e também à organização do evento “Centenário Paulo Freire”, uma homenagem aos 100 anos de Paulo Freire. A primeira experiência como monitora junto com o Guilherme, também monitor, foi com o evento "Frantz Fanon e Amílcar Cabral no pensamento de Paulo Freire" do grupo de

estudos, ajudamos com o banner do evento, depois com as inscrições e o registro para emissão dos certificados. A segunda experiência foi na construção e participação da unidade curricular, que ao longo deste relato detalharei como foi, e por fim, o evento Paulo Freire: 100 anos de práxis libertadora, em homenagem a ausência/presença do patrono da educação, que teve início em maio de 2021 e vai até novembro de 2021, mas para o evento realmente acontecer foi necessário que nos reuníssemos meses antes para estruturá-lo, montando uma comissão organizadora e a partir dali íamos dividindo as tarefas por grupos, para trazer mais os estudantes para o evento achamos uma boa fazer um curso de extensão para definir o logo do evento e a partir do mesmo fazermos as artes e identidade visual do nosso evento, participei ativamente na construção do evento, propondo mesas e ajudando na organização.

A monitoria me fez ter contato com pessoas incríveis e experiências que me transformaram de alguma forma, seja no âmbito da docência ou no âmbito pessoal, toda a construção que pude fazer parte guardo em um lugar muito especial dentro de mim e afirmo que a monitoria transforma, não tem como sairmos os mesmos depois de ser monitor, ainda mais em uma unidade curricular de educação de jovens e adultos, com estes a compondo.

A partir daqui trarei o meu relato sobre a experiência dentro da unidade curricular “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos”, com um olhar especial ao encontro 4 “Desafios atuais da EJA” por ter tido a oportunidade de trazer dados sobre porcentagem de analfabetismo e número de matrículas, me colocando por um instante no local de educador agregando uma vivência incrível para a minha formação como docente.

Descrição da experiência com análise teórica

O Projeto de Monitoria “Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos” se deu no meio de uma pandemia no ano de 2020, logo, foi um projeto inteiramente pensado e estruturado para o modo remoto, tivemos que nos atentar também que era um semestre que atravessaria os recessos de final de ano, uma vez que começou apenas do meio pro final de novembro por conta da mudança no calendário.

Após primeira conversa com a professora sobre as vagas para a monitoria, e decidido que seria monitora voluntária, como outros colegas, fechamos o time de monitores, composto por mim e mais quatro colegas, fizemos um primeiro encontro como grupo de monitores pelo Google Meet com a professora doutora Mariângela Graciano para podermos pensarmos como seria a estrutura das aulas, duração, atividades avaliativas, quais textos seriam obrigatórios e base dos nossos encontros e quais seriam como complementares e a separação dos materiais audio visuais, de acordo com os nossos interesses, deixando em aberto os textos e materiais para que pudéssemos trazer sugestões para compor a matéria.

Dividimos a equipe de monitores pelos temas das aulas, fiquei em específico com a aula sobre “Afirmação histórica dos direitos educativos de jovens e adultos” junto com a Luana e aqui trouxemos sobre pessoas com deficiência e materiais audiovisuais como “Projeto Minerva” e “Projeto Cirena” e “Desafios atuais para a EJA”, junto com o Guilherme, e aqui nós também propusemos materiais e em um momento mais para frente já com a unidade curricular acontecendo nos oferecemos para apresentar índices de analfabetismo e números de matrículas no estado de São Paulo para acrescentar no debate, mas foram os temas que mais despertavam minha curiosidade e iam de encontro com o que já pesquisava sobre a educação de jovens e adultos.

Pensando na parte prática e direta com os discentes do curso, debatemos a melhor forma de fazer as aulas acontecerem, decidimos juntos, que seria melhor duas horas de aulas, sendo uma hora expositiva e gravada, que ficou à disponibilidade deles pela plataforma do classroom e a outra uma hora para debate sobre o tema do dia e não gravado para que os educandos não se sentissem constrangidos ao expor suas opiniões e/ou dúvidas. Combinamos também que usaríamos a plataforma do Google Meet para os encontros síncronos e a plataforma do Google Classroom para disponibilizar o material da semana e as aulas gravadas, ficando ali apenas os textos base para cada aula, e para quem quisesse se aprofundar

ou consultar algum material a mais sobre os temas, entre textos, documentário, entrevistas e outros materiais audiovisuais, fizemos uma pasta no Google Drive separada por tema para facilitar a busca.

Quando fomos debater sobre a forma de avaliação todos concordamos que os educandos não poderiam passar pela unidade curricular sem ter contato com Paulo Freire, nem que fosse mínimo, mas não sabíamos exatamente como fazer essa ponte, já que não queríamos que fosse algo pesado, optamos então por indicar quatro obras dele, sendo elas: Educação como prática de liberdade (1967), Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Esperança (1992), Pedagogia da Autonomia (1996), no intuito de que eles lessem a obra ao longo do semestre para nos últimos encontros trazerem um debate sobre elas, fazendo ligações com o que foi visto na UC, deixando cada monitor responsável por uma obra, para poder auxiliar os discentes no primeiro debate e no trabalho.

Além desse trabalho propusemos outros três, a importância da leitura de Paulo Freire para a formação docente, avaliação do processo, sendo composta pela primeira parte o que eles sabiam sobre a Educação de Jovens e Adultos no começo do semestre e o que eles sabiam sobre no final do semestre, juntamente com a avaliação do curso e auto-avaliação, e para finalizar o trabalho temático, que consistia em abordar um tema da EJA e o analisar ou fazer a ligação de um tema que quisesse com a EJA.

Freire traz em uma das palestras em Juazeiro a questão sobre a sensibilidade “quando eu achar que é normal a existência da fome, da miséria e da injustiça eu quero morrer, porque eu terei perdido toda a minha sensibilidade e sem a sensibilidade não é possível viver.” Acredito que nessa unidade curricular a sensibilidade foi um dos pontos cruciais para conseguirmos fazer um bom semestre para todos. Contando com 124 alunos matriculados, divididos entre 56 no vespertino e 68 no noturno, mas apenas 110 no Google Classroom, nossa turma se formava, combinamos de não contar presença rigorosamente pelo momento que estávamos vivendo, entendemos que acompanhar as aulas nesse período tão delicado que era a pandemia poderia ser uma exigência muito alta para algumas pessoas, pensando nisso utilizamos a lista de presença para ter uma noção de quem ia ou não as aulas, e quem não ia ou faltava algumas vezes seguidas entrávamos em contato para saber se estava tudo bem com a pessoa, se tinha acontecido alguma coisa, se precisava de alguma ajuda, tentamos ao máximo nos manter próximos e presentes para os educandos, para que eles se sentissem à vontade para entrar em contato quando necessário, como assim fizeram ao longo da matéria.

Nossas aulas começaram no dia 23 de novembro de 2020, nossos encontros eram todas as segundas, o primeiro encontro foi de apresentação, para que os alunos conhecessem a equipe que acompanharia eles pelo resto do semestre, além de apresentar o conteúdo programático para debater com eles, na ideia deles poderem opinar sobre a proposta que estávamos trazendo e se eles tinham alguma modificação para propor, seja de quantidade de atividades avaliativas pedidas ou proposta de tema que não estava sendo abordado no cronograma que os interessava e eles achassem essencial se tratando de educação de jovens e adultos, vejo esse primeiro encontro como colocar em prática o que Paulo Freire fala sobre coerência, sobre diminuir a distância entre a fala e a prática, de nada adiantaria termos o discurso de construir a unidade curricular junto com os educandos e chegarmos com tudo pronto não podendo ser contestado, modificado, desde o começo entendemos que a matéria era para eles, então deveríamos atender as demandas que eles nos traziam, dar voz ativa à eles. Combinamos com eles, então, que ao longo do semestre iam nos sinalizando se estava muito pesado e o que eles gostariam de mudar, estabelecendo um diálogo direto entre monitores e educandos.

Nosso segundo encontro no dia 30 de novembro de 2020, foi sobre “Afirmção histórica dos direitos educativos de jovens e adultos” com o “Parecer 11” do Cury e uma live do Miguel Arroyo sobre “A luta pelo direito à educação e a invisibilidade da EJA na pandemia” como materiais de apoio, aqui apresentamos algumas normas internacionais sobre a educação de jovens e adultos, como o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que afirma o direito universal à educação orientada pelo convívio tolerante e pacífico e assim fomos construindo um pequeno histórico de como foi se constituindo a modalidade internacionalmente, depois trouxemos para o âmbito nacional, mostrando em questões legais qual foi o caminho da EJA, sendo firmada na Constituição de 1988 como obrigatória, gratuita e para todos, sendo reafirmada pela LDB em 1996 no inciso I do artigo 4.

Nesses dois primeiros encontros em paralelo com o conteúdo apresentado, sempre reforçávamos para os alunos que era necessário que eles escolhessem um dos quatro livros de Paulo Freire que estavam a disposição para fazerem o trabalho e entrassem em contato com os monitores respectivos, sendo o Luciano responsável pelo livro “Educação como prática de liberdade”, eu com “Pedagogia do Oprimido”, a Luana com “Pedagogia da Esperança” e o Guilherme com “Pedagogia da Autonomia”, fizemos nessa ordem por ser a de publicação e

escrita, visando que os alunos percebessem como a escrita de Freire foi mudando com o passar dos anos, como a sua fase em exílio traz uma escrita mais dura, mais indignada em relação à educação, uma visão vista de fora como ele mesmo traz em uma conversa com Frei Betto no livro “Essa escola chamada vida”(1985)

“Foi exatamente ficando longe dele, preocupado com ele, que me perguntei sobre ele. E, ao me perguntar sobre ele, me perguntei sobre o que fizeram com outros brasileiros, milhares de brasileiros da geração jovem e da minha geração. Foi tomando distância do que fiz, ao assumir o contexto provisório, que pude melhor compreender o que fiz e pude melhor me preparar para continuar fazendo algo fora do meu contexto e também me preparar para uma eventual volta ao Brasil.”
(FREIRE, 1985)

E como nos dois outros livros ele traz uma escrita mais esperançosa, mais leve, assumindo erros que lhe foram apontados em relação aos dois primeiros livros, como se o retorno dele ao Brasil após 16 anos o tivesse colocado num lugar de conforto, e não no sentido ruim da palavra, mas no de aconchego, bem-estar. Foi nesses encontros também que percebemos os alunos mais quietos, não tão participativos, após a segunda aula tivemos uma conversa, eu e a professora, no intuito de o que poderíamos fazer para trazer eles pro debate, como poderíamos incluí-los melhor, compreendíamos que ainda era cedo para ficarmos preocupadas, mas também que quanto antes os deixássemos confortáveis melhor seria a experiência da matéria e a troca entre eles, e eles conosco, decidimos que no começo da aula perguntaríamos o que eles sabiam sobre o tema que estava sendo sugerido, não precisavam abrir o microfone, melhor se o fizessem, mas estava tudo bem colocarem no chat para nós e se percebêssemos que ainda não estava fluindo bem, os monitores responsáveis pelo bloco puxariam um debate, descentralizando a discussão do professor, para que eles entendessem qual era a função do educador, que ali nós tínhamos uma relação horizontal.

O terceiro encontro foi no dia 7 de dezembro de 2020, com o tema de aula “Paulo Freire e a educação popular”, com texto base do Beisiegel intitulado “Paulo Freire” e uma série produzida pela TV SESC “Paulo Freire, um homem no mundo” o episódio um “a formação do pensamento”, apresentamos a vida de Freire e suas concepções de educação, com a ideia de continuar a revisitação na história e compreender o legado de Paulo Freire, começando aqui o nosso bate volta com os educandos, no qual eles traziam o que sabiam sobre Freire no começo da aula para que assim começasse o debate. Trouxemos a carga ideológica que ele traz em educação popular, das práticas emancipatórias da educação dos movimentos sociais, educação e cultura são indissociáveis, trouxemos também Carrillo com os paradigmas emancipadores da educação popular, sendo eles três, o primeiro a interpretação

crítica da realidade, posicionamento alternativo frente a mesma e orientação das ações coletivas e individuais destinadas à transformação, o segundo sendo que a dimensão emancipadora está no interior do domínio político-pedagógico da prática e o terceiro sendo o reconhecimento potencial emancipatório das práticas e saberes gerados sobre e a partir da prática, com a concepção de que só se realiza na prática.

Nosso quarto encontro foi no dia 14 de dezembro de 2020, com o tema “Desafios atuais para a EJA”, sendo aqui nesse encontro a pesquisa desse trabalho de conclusão de curso, tendo como base o texto do Timothy Ireland (2012) “Educação de Jovens e Adultos como política pública no Brasil (2004 – 2010): os desafios da desigualdade e da diversidade”, a entrevista de Roberto Catelli pela Ana Luiza Basilio (2018) "Educação de adultos a distância só vai gerar exclusão" publicada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), quatro vídeos do mesmo canal “Fórum EJA RJ” sendo eles o “Fórum EJA responde - Financiamento da EJA e FUNDEB em contexto de incertezas” de junho de 2020, “ A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação - Meta 8”, “ A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação - Meta 9”, “ A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação - Meta 10” todos de maio de 2020. Começamos o encontro com a continuidade da contextualização histórica estando agora na redemocratização do Brasil, período das décadas de 70 e 80, Governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Governo Lula e Dilma (2003-2015) e o pós golpe de 2016.

Após trazer o balanço da educação de jovens e adultos nos três períodos de governo, trouxemos informações sobre os primeiros quinze anos do milênio, como a redução de 970 mil matrículas entre 2009 e 2014, a lenta redução das taxas de analfabetismo e então os dados concretos sobre os índices de analfabetismo no Brasil, fazendo um recorte entre 1995 e 2015, recorte de raça, gênero, regiões do país e áreas urbanas e rurais, que mais a frente serão expostos aqui. E por fim os desafios que essa modalidade tem de encarar, como a qualidade dos programas ofertados, a chamada pública e registro da demanda e políticas intersetoriais que articulem políticas sociais.

O quinto encontro foi no dia 21 de dezembro de 2021, com tema “Autonomia do Saber”, texto base foi “Projeto Autonomia do Saber na EPG Dorival Caymmi: novos caminhos para a EJA” do Marcus Oliveira e Tiago Guerra, que inclusive este último foi o nosso convidado do encontro junto com a Heloisa Alves egressa da Pedagogia na Unifesp, a nossa ideia na construção da matéria foi a de poder trazer não apenas um material

diferenciado, mas também convidados para fazermos uma roda de conversa. Nesse encontro em especial o Tiago contou sobre a sua experiência do Projeto Autonomia do Saber na Escola da Prefeitura de Guarulhos (EPG) Dorival Caymmi em 2015 com a educação de jovens e adultos, no qual foi proposto que fizessem um projeto para dar conta da diferença entre as gerações, já que os educandos têm enraizado o ideal de escola, e que não necessariamente precisa ser daquele jeito, a ideia do projeto era mostrar à eles que a escola é um espa 26
convivência e interação e que eles são os agentes da sua aprendizagem, consultar os educandos para saber o que eles gostariam de aprender e de qual maneira eles gostariam de aprender, qual o caminho que a escola seria melhor em atender os interesses deles. A Heloisa trouxe para nós o debate sobre um projeto sobre a diversidade e práticas educativas na educação de jovens e adultos, tema do seu trabalho de conclusão de curso, com as entrevistas percebeu que não fica apenas no papel, como muitas vezes, que apresentam projetos pedagógicos bons e interessantes, mas a prática deixa a desejar.

Nosso sexto encontro foi no dia 4 de janeiro de 2021, com o tema “Direito ao conhecimento”, trazendo um texto do Miguel Arroyo (2017) “Sujeitos do direito ao conhecimento” e um documentário “Histórias de um Brasil Alfabetizado” como base para o nosso debate, acessar a leitura e a escrita é uma opção política, pois é o conhecimento de um grupo específico que decide que é importante para sua emancipação política e não uma imposição de que a cultura letrada tenha que ser universal e estendida para todos os povos, dito isso ao começo da aula onde havia na capa do slide de pessoas que lutaram pelo direito ao conhecimento de alguma forma dentro da sua realidade. Trouxemos pesquisas que mostravam que pessoas jovens ou adultas não tem nenhum déficit cognitivo, sendo assim a ideia de que esse grupo não consegue aprender cai por terra, aliás não há tantas pesquisas sobre o desenvolvimento deles, é uma área bem escassa de material para poder se ter a noção de como se dá o processo. Há na verdade um preconceito com pessoas que não são alfabetizadas, naquela ideia de que essas pessoas são inferiores em relação àqueles que fazem uso contínuo da leitura e escrita.

O sétimo encontro foi dia 11 de janeiro de 2021, com tema “Roda de Conversa: Uma escola para pessoas jovens e adultas” com a participação de educandos da EJA e da coordenação pedagógica do CIEJA da Vila Sabrina/ Vila Guilherme, tendo o filme Central do Brasil (1998) como material base para debate. Eles contaram um pouco sobre as suas vivências, o que os afastaram da escola e qual a relação que tinham com o estudo, um deles

por exemplo disse que parou os estudos por questões de saúde na época e depois começou a trabalhar não conseguindo retornar à escola por não ser possível a conciliação dos horários, mas que sempre pensou que precisava voltar a estudar e que não podia abandonar com a ideia de que hoje em dia você não é ninguém sem um diploma, e ainda incentivou todos a não pararem de estudar. Trazer histórias reais nos aproxima da teoria, vimos na prática tudo aquilo que pesquisamos e debatemos até esse encontro.

Dia 18 de janeiro de 2021 foi o nosso oitavo encontro “Diversidade do público da EJA”, textos base “A diversidade de propostas pedagógicas de Educação de Jovens e Adultos - EJA: qual é a boa?” , “Diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, “Reeducação das relações étnico-raciais e a luta antirracista”, com a participação do professor doutor Jerry Adriani da UFMG para compor nosso debate. Trazendo para nós a concepção que muitas pessoas tem que a retomar os estudos vai recuperar o tempo perdido, e a EJA não é uma modalidade educativa para fazer esse movimento, mas que se pode vivenciar outros movimentos de educação, o saber que os jovens e adultos constrói fora da escola devem ser reconhecidos e legitimados, indo além da clássica pergunta “em que série você parou?”, que traz uma concepção que parece que o sujeito parou no tempo, se não está na escola não estava em lugar nenhum, não estava aprendendo nada, quando na verdade é o contrário, a vida continuou, ele teve diversos saberes, só não naquele espaço e naquela ideia de saber escolar.

Nono encontro foi no dia 25 de janeiro de 2021, com o tema “Diversidade do público da EJA: pessoas com deficiência”, com participação da professora doutora Maria de Fátima Carvalho e a professora mestra Marina Versolatto, essa trazendo a sua prática na prefeitura de Santo André, explicando que há uma sala de recurso, um serviço de educação especial que serve de apoio para garantir a eliminação de barreiras que inviabilizam o processo de aprendizagem do aluno com deficiência, importante ressaltar que essa sala traz um duplo FUNDEB, uma verba para o aluno matriculado na sala regular e mais uma verba para o mesmo aluno quando matriculado na sala de recurso, que é importante para garantir a qualidade do processo de inclusão escolar. Contou também sobre o projeto Parceria Inclusiva, no qual os alunos da sala de recurso da EJA ministram oficinas para os alunos da sala regular, infantil e fundamental I.

No décimo encontro chegamos aos debates sobre as obras de Freire, aquele citado mais acima no qual os alunos deveriam escolher um livro e entrar em contato com o monitor designado para tal. Foram dois encontros, o décimo e o décimo primeiro, dias 1 e 8 de fevereiro de 2021, a composição desse encontro foi se dando ao longo de toda a unidade curricular, num primeiro momento me comunicava com os educandos que haviam escolhido “Pedagogia do Oprimido” por e-mail, mas vi não estava sendo muito eficaz, tanto da minha parte de muitas vezes não ver a caixa de entrada e acabar não respondendo, quanto da deles que muitas vezes acabavam por não responder também, optei então por mudar a forma de contato e fizemos um grupo no whatsapp, por ali íamos colocando primeiras impressões sobre o livro, o que tinha chamado atenção, dúvidas, para que pudéssemos debater e tentar sanar dúvidas um dos outros. Marcamos uma reunião por meio do google meet para alinharmos a apresentação para o resto da turma, as reuniões foram pelo turno, vespertino e noturno.

Ambas as reuniões foram proveitosas, principalmente para mim que pude estar presente nos debates, foi muito bonito de ver como o livro atingiu de forma diferentes as turmas, pedi que eles trouxessem para a nossa reunião os pontos que chamaram atenção, as ideias principais e os conceitos, claro que houveram pontos em comum, mas a construção do debate em cima da obra foi bem diferente, principalmente na hora de decidir como expor para turma, o pessoal do vespertino optou por uma roda de conversa, algo mais informal, trazendo o contexto mundial e nacional de quando a obra é escrita, o sentido da própria educação que ele propõe, não é sobre acúmulo de conteúdo, decorar, é uma educação para liberdade do ser humano, educação humanista, para o homem, para sua liberdade, para sua autonomia, a situação para que essa educação aconteça, quem são essas pessoas, lugar delas na sociedade e a práxis libertadora, em resumo foi assim que eles se organizaram, chamando ao final da apresentação os colegas para um debate.

Já a turma do noturno optou por apresentar a obra como um seminário, se separaram em subgrupos pelos capítulos para se aprofundarem melhor, trouxeram um pequeno trecho do DVD Mil Trutas Mil Tretas, o começo de A Vida É Desafio, no qual há um depoimento do Mano Brown assim: “Tem que acreditar, desde cedo a mãe da gente fala assim, filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor, aí passados alguns anos eu pensei, como fazer duas vezes melhor se você ‘tá pelo menos cem vezes atrasado, pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicose, por tudo que aconteceu, duas vezes melhor

como? ou melhora, você é o melhor ou o pior de uma vez, sempre foi assim, se você vai escolher o que tiver mais perto de você ali na sua realidade, você vai ser duas vezes melhor como? quem inventou isso aí? quem foi o pilantra que inventou isso aí? acorda pra vida rapaz” com a ideia de exemplificar a educação bancária que você faz para e não com, com um depoimento de um dos maiores rappers do Brasil e também para começarmos um debate sobre os discursos escolares de todos serem iguais, uma reflexão do que podemos fazer e repensar para sermos mais com os educandos. Foi incrível ver a forma como eles se organizaram, foi um momento em que eu apenas mediava as ideias e anotava para que eles não perdessem as ideias dadas, é que Freire(1986) traz sobre silêncio

“Sabia que queria que eu fizesse um discurso, ontem, mas era preciso que eu testemunhasse, por questão de coerência com meu princípio, que a minha fala viria passando primeiro pela fala de vocês. Isso que não é fácil: viver essa tensão que é a palavra e o silêncio.” (URPIA, 2020, pg. 11)

É sobre aprender a hora de tomar a frente, de falar e compor o debate e o momento de “sair” de cena para testemunhar os educandos interagindo e expondo suas ideias, concepções e dúvidas, ninguém estava ali como detentor de algum conhecimento maior, estávamos todos para aprender um com os outros, ver a visão do colega sobre o mesmo texto, compartilhar o que compreendeu de determinado trecho e perguntar ao outro o que ele entendeu, como aconteceu mais de uma vez nos nossos grupos e nas reuniões.

Passado os dois debates sobre Freire, compostos lindamente pelas intervenções dos nossos educandos, chegamos no décimo segundo encontro no dia 22 de fevereiro de 2021, “Diversidade do público da EJA: Juventudes”, tendo como base o documentário “Fora de Série” e o texto de Paulo Carrano (2007) “Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance"”. Nesse encontro falamos sobre a caracterização do público da EJA, que são adolescentes e adultos, excluídos da escola e membros de diferentes grupos sociais e culturais, trazendo como consequência uma diversidade etária, diferentes representações e expectativas da escola e diferentes vivências culturais diferentes convivendo num mesmo espaço. Devemos nos perguntar quem são esses jovens que compõem a EJA, eles que foram em busca dela ou ela chegou até eles, quais são as suas trajetórias, e entender que estar em sala de aula da EJA é ter que ter um olhar sensível para essas questões.

Até aqui nossos encontros se ligaram um ao outro numa ideia de linearidade, não poderíamos finalizar de uma forma diferente, trazendo os trabalhos dos alunos como nosso momento final e as considerações deles sobre a nossa unidade curricular, nosso último encontro foi dia primeiro de março de 2021, “Possibilidades político-didático-pedagógicas na EJA”. De uma maneira geral os educandos avaliaram a matéria de forma positiva, colocaram os assuntos que eles sentiram falta e que muitos exploraram no seu trabalho final, que contou com temas como relação da população LGBTQI+ e a EJA, relação entre teologia da libertação e as ideias libertárias de Freire, formação de professores (as) da EJA, a EJA no Estado de São Paulo, diversidade de gênero na EJA, entre outros temas que eles foram fazendo a relação não só com a educação de jovens e adultos, mas com as nossas aulas. Em relação a esse trabalho final os monitores sempre se colocaram à disposição dos educandos, fosse para ajudar na escolha do tema, disponibilização de textos e/ou materiais audiovisuais ou para entrar em contato com a professora quando eles não conseguiam, estabelecemos num geral uma boa comunicação com a turma e eles se sentiram bem à vontade para mandarem mensagens, perguntarem, pedirem ajuda ou desabafar em alguns casos.

No começo da unidade curricular tínhamos combinado algumas atividades avaliativas, com o passar da matéria os alunos pediram para que retirássemos uma das atividades pois estava ficando muito pesado, retiramos então a síntese que eles precisariam entregar sobre a apresentação de Paulo Freire.

Fazendo um balanço sobre essa parte da monitoria creio que foi a mais positiva possível, trouxe uma pequena experiência de educadora de jovens e adultos e tentamos colocar em prática pelo menos uma parte do que Freire traz. Trazendo sobre a questão de participação dos alunos, acredito que num geral eles responderam bem às nossas tentativas de trazer eles para o debate, colocando-os no centro da unidade curricular e entendendo que na realidade que estamos vivendo foi necessário se adaptar as interações, já que muitas vezes não se davam pela câmera/microfone e sim pelo chat e que estava tudo bem, era necessário ser compreensivo nesse momento tão delicado.

É colocar em prática o que Freire fala sobre coerência, aproximar a nossa fala da nossa prática, trazer para a nossa construção toda a nossa teoria e mostrar que é possível fazermos uma educação diferente da que está exposta para nós todos os dias.

“[...] o educador começava a discorrer sobre a coerência, como qualidade do educador, da educadora progressista: importava ‘diminuir a distância entre a fala e a prática’. Sugeriu que a coerência se impunha aos homens e mulheres, aos educadores e políticos, como um passo em direção ao novo esperado. (URPIA, 2020, pg. 4)

Em paralelo aos encontros da unidade curricular, estava ocorrendo a organização do centenário de Paulo Freire, “100 anos de práxis libertadora”, evento que nasceu no Campus Guarulhos, com a colaboração dos campi Baixada Santista e São José dos Campos, lá no começo da matéria começaram os encontros para pensarmos o evento, como seria a estruturação, quem seriam nossos convidados, como íamos dividir o evento, quem faria o nosso selo e identidade visual. Com os encontros que fazíamos a cada 15 dias fomos ajeitando essas questões, separamos o evento em quatro momentos, ciclo de debates, círculo de cultura, café com Paulo Freire e atividades culturais, com convidados e temas diferentes a cada semana, sempre com ligação à educação popular ou a Freire. Nosso grupo de organização foi composto pelos estudantes da UNIFESP, professores da mesma e membros da comunidade, para criarmos o selo foi feito um curso de extensão com os educandos da UNIFESP Guarulhos, depois de muito debatermos se essa era a melhor opção ou um concurso, escolhemos a opção que trazia consigo uma construção, uma história, algo que ficou marcado para aqueles que fizeram parte, em cima do selo, um grupo de discentes fizeram toda a identidade visual, tive a alegria de fazer parte desse momento.

Separamos todas as mesas e os temas que achamos interessante, fizemos os convites aos convidados, e entramos no processo de deixar tudo preparado para a abertura do evento, que ocorreu no dia 6 de maio, montamos as redes sociais, fizemos publicações de chamadas, contando o nascimento do evento. Com o evento já acontecendo, toda semana é postado um flyer da mesa que vai ocorrer, normalmente a mesa ocorre às quintas, com transmissão ao vivo no facebook e youtube, depois que acaba os vídeos ficam salvos na conta dos respectivos canais ficando disponível para quem queira assistir depois. Ao final de cada mês há um post com um breve resumo de como foram os eventos que ocorreram naqueles meses, e um para o mês que está por chegar.

Analfabetismo no Brasil e Matrículas no Estado de São Paulo: uma breve análise

Após passar pelos encontros que tivemos na unidade curricular explicitando como foram pretendo a partir daqui me aprofundar no encontro 4 “Desafios atuais para a EJA” trazendo toda a pesquisa que foi feita por mim e meu colega Guilherme D’Aragão para apresentarmos aos educandos, foi uma pesquisa que da minha parte já vinha sendo construída por pelo menos um ano, compartilhei com meu colega o que já tinha e acrescentamos alguns dados que achamos importante, como recortes de raça e gênero na taxa de analfabetismo por exemplo, decidimos tudo por um encontro pelo Meet e depois fomos ajeitando as informações.

Trouxemos primeiro os índices de analfabetismo no Brasil, esses de jovens a cima dos 15 anos, com o intuito de apresentar algumas taxas para que aprofundássemos um debate sobre, e nos questionássemos quais os avanços, o que poderia ser melhor, levando em conta as outras aulas e todo o histórico da EJA em relação às políticas públicas. Antes de apresentarmos as taxas com seus recortes decidimos trazer o índice de analfabetismo absoluto e funcional, sendo o absoluto aquele em que a pessoa não sabe ler e escrever, já o funcional é aquele em que a pessoa compreende as letras, consegue escrever e ler, mas apenas pequenos textos. Fazendo o recorte de 20 anos trouxemos os índices de analfabetismo absoluto e funcional de 1995 e 2015, mas acrescentando o índice de 2019 para podermos trazer para o debate uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

	1995	2015	2019
Absoluto	15,5%	8,0%	6,6%
Funcional	-	27%	29%

Os dados dos índices de analfabetismo absoluto foram retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os de analfabetismo funcional foram retirados do site do Observatório do Plano Nacional de Educação, quando pesquisamos e estávamos conversando sobre os dados, antes de levar para a aula, surgiu a dúvida se de certa forma essa separação de absoluto e funcional nos índices seria uma forma de mascarar os reais índices, já que juntando os dois temos 35,6% uma porcentagem muito alta em pleno século XXI. Se repararmos a taxa do analfabetismo funcional cresceu 2% em apenas três anos

quando na verdade deveria estar em queda. E é aqui que entra o PNE e suas metas, em 2014 ele definiu 10 metas para a educação para serem cumpridas em dez anos, até 2024, aqui o que importa é a meta 9:

“Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.”(BRASIL, 2014)

O problema que temos com o Plano Nacional de Educação é que as metas estão atrasadas, ou não estão sendo cumpridas, por exemplo, o índice de analfabetismo absoluto que era para ser atingido em 2015, 6,6%, foi atingido apenas em 2019 quatro anos após o esperado, e a intenção era que até 2024 fosse erradicada, mas já estamos atrasados quatro anos nesse objetivo, teríamos que correr atrás desse atraso, mas vendo o desmonte da educação de jovens e adultos acontecer nos últimos tempos, com salas fechando e a oferta diminuindo é um pouco difícil de acreditar que conseguiremos alcançar, já a taxa de analfabetismo funcional ao invés de diminuir vem em uma crescente, precisamos em três anos, levando em conta que estamos em 2021, ou em cinco anos se contarmos o último ano de divulgação do índice, 2019, reduzir 14,5% para atingirmos a redução de 50%, e aqui a lógica segue a do analfabetismo absoluto, difícil acreditarmos que será possível alcançar a meta vendo o que está sendo feito com a modalidade.

Separamos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), disponível em seu site, uma tabela com os índices de 1995 até 2015, com recortes de raça, gênero, região e localidade, sendo urbana ou rural. Numa conversa antes da aula, enquanto estávamos ainda ajeitando os dados e fazendo as pesquisas, optamos por trazer esses recortes também e apenas de 1995, primeiro ano que se tem disponível os dados, com base na tabela, e 2015, último ano com os dados disponíveis na tabela, para compararmos as mudanças dentro desses 20 anos. Primeiro apresentamos uma visão geral, do país inteiro, depois separamos por regiões, para podermos debater as diferenças nos índices de uma região para a outra.

BRASIL – Índice de Analfabetismo 1995 (raça/gênero)

	Total	Negra	Branca
Total	15,5%	23,4%	9,5%
Feminino	15,6%	23,1%	10,2%

Masculino	15,4%	23,8%	8,8%
-----------	-------	-------	------

BRASIL – Índice de Analfabetismo 2015 (raça/gênero)

	Total	Negra	Branca
Total	8,0%	10,6%	4,9%
Feminino	7,7%	10,2%	4,9%
Masculino	8,3%	11,1%	4,9%

BRASIL – Índice de Analfabetismo 1995 (urbano/rural)

	Total	Urbano	Rural
Total	15,5%	11,4%	32,6%
Feminino	15,6%	12,3%	31%
Masculino	15,4%	10,5%	34,2%

BRASIL – Índice de Analfabetismo 2015 (urbano/rural)

	Total	Urbano	Rural
Total	8,0%	5,9%	19,8%
Feminino	7,7%	6,1%	17,6%
Masculino	8,3%	5,7%	21,8%

Podemos reparar que houve uma redução de 7,5% na taxa total dentro dos 20 anos, olhando para a questão de gênero/raça, há uma queda da população feminina branca de 5,3% e da população feminina negra de 12,9%, são números bem consideráveis se pararmos para pensar, mas a diferença entre elas ainda é um número alto, 5,3% de diferença em 2015, olhando a população masculina temos os seguintes números, uma queda de 3,9% na população masculina branca e 12,7% na população masculina negra, mas assim como com as mulheres, a diferença em 2015 entre eles é alta, de 6,2%,

Aqui podemos trazer um debate de para quem é a educação, por mais que haja uma queda considerável nos níveis de analfabetismo dentro dos 20 anos que foram analisados,

ainda há uma considerável diferença entre mulheres e homens, mulheres brancas e negras, homens brancos e negros e o meio rural e urbano, mostrando que há uma tendência de exclusão daqueles que já são excluídos na sociedade, a educação não estaria então fazendo o seu papel de mudar a sociedade e sim apenas reforçando os estereótipos que nela existe, mas seria muito injusto e raso fazer esse tipo de análise, claro que é isso que vem ocorrendo, mas precisamos sempre lembrar que há uma falta de interesse por parte do Estado de investir e assegurar que todos tenham acesso e a possibilidade de frequentar as aulas, como o art.4 inciso VII da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 reforça que a educação básica deveria se adequar “às necessidades e disponibilidades (dos jovens e adultos), garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.” E como Timothy Ireland traz em seu texto “Educação de Jovens e Adultos como política pública no Brasil (2004-2010): os desafios da desigualdade e da diversidade”

“A própria existência de um sistema de educação escolar de jovens e adultos constitui uma prova cabal da inexistência dessas garantias. Portanto, embora a educação possa contribuir para a transformação dessas garantias, também contribui para a manutenção das mesmas.” (IRELAND, 2012, pg.4)

Agora vamos ver os índices de analfabetismo por região do Brasil, também fazendo a comparação entre 1995 e 2015:

BRASIL – Índice total de analfabetismo

	1995	2015
Norte	13,3%	9,0%
Nordeste	30,5%	16,2%
Centro-Oeste	13,3%	5,7%
Sudeste	9,3%	4,4%
Sul	9,1%	4,1%

Analisando as taxas podemos ver uma queda considerável na região Nordeste de 14,3%, mas mesmo com essa diferença alta em 20 anos não faz com que ela deixe de ser a região com o maior índice de analfabetismo, a região Norte teve uma queda de 4,3%, a região Centro-Oeste 7,6%, região Sudeste 4,9 e região Sul 5%. As regiões mais ricas (Sudeste e Sul) apresentam desde 1995 os índices mais baixos de analfabetismo, mesmo que não invistam

tanto na educação de jovens e adultos, como é o caso de São Paulo, por exemplo, estado mais rico do país e sempre que pôde passou a sua responsabilidade para os municípios, não dando suporte financeiro aos mesmos, mas isso veremos mais à frente.

O analfabetismo e a pobreza estão diretamente ligados, como Haddad (2002) diz “os analfabetos não são pobres porque são analfabetos: são analfabetos porque são pobres.”, logo, a questão financeira é um dos alicerces da desigualdade, como o próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social alega que a política educacional e tributária, que estão fortemente ligadas, são máquinas geradoras de desigualdades:

“A estrutura tributária brasileira – regressiva no imposto de renda, omissa e inoperante no que concerne à taxação da riqueza e pouco transparente e irracional no caso das taxas sobre produção e consumo – é em si importante fator de desigualdade social. Dados do IPEA revelam que os mais pobres pagam 49% de sua renda em impostos, enquanto os que ganham mais de 10 salários mínimos mensais contribuem com apenas 26% da sua receita. Proporcionalmente à renda, os pobres contribuem mais para custear a máquina estatal, em todos os níveis e setores de governo, do que os contribuintes de melhor situação econômica.” (2011, p.9 APUD, IRELAND, 2015, p.4)

Como vimos, as regiões mais pobres acabam por ter o índice de analfabetismo mais alto que as regiões mais ricas, isso tem impacto direto no investimento à educação, já que, pelo menos na EJA, prevalece o investimento do Estado e dos Municípios, em 2019 o MEC aplicou apenas 22 milhões de reais dos 74 milhões que estavam previstos para investimento na Educação de Jovens e Adultos, como mostra o Sistema Integrado de Operações, o problema é que essa falta de interesse não vem de agora onde pode se haver uma tentativa de justificativa de crise econômica e por isso os gastos, como Di Pierro e Ximenes (2011) trazem em seu texto, já dizendo que o montante é insuficiente “para fazer frente aos desafios educativos reconhecidos na legislação nacional e nos compromissos assumidos pelo país perante organismos internacionais” (pg.4).

“Em meados da década de 1990 o gasto público na modalidade correspondia a 1,4% da despesa em educação, prevalecendo o investimento dos Estados (62,3%) e dos Municípios (28,4%) sobre aquele (9,2%) realizado pela União (ABRAHÃO e FERNANDES, 1999). Estimativas realizadas para o período 2001-2004 indicam que a despesa média anual dos Estados e Municípios na EJA representava aproximadamente 0,3% do PIB e cerca de 10% do gasto com educação básica, situado naquele período em torno de 3% do PIB (BRASIL, 2008; CASTRO, 2007)[...]” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg. 3 e 4)

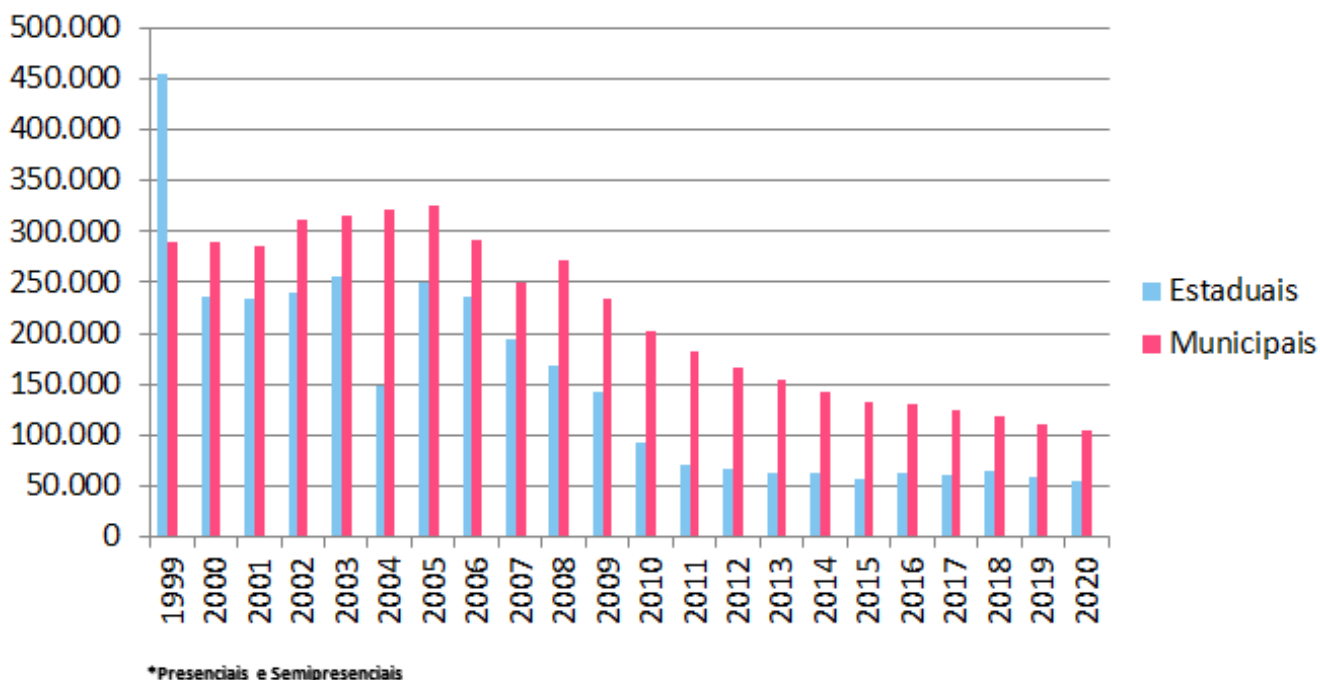
Nessa aula, tivemos um debate em específico que creio ser importante ressaltar, enquanto apresentava os índices de analfabetismo surgiu a questão sobre o índice de

analfabetismo das mulheres, o exemplo citado na fala, tanto o geral como entre mulheres brancas e negras, sendo o primeiro 15,6% em 1995 e 7,7% em 2015, e o segundo respectivamente 10,2% em 1995 e 4,8% em 2015 e 23,1% em 1995 e 10,2% em 2015, se por mais que ainda fossem altos os índices já não tinha tido uma significativa redução. Se partirmos do princípio que os ganhos em relação a jovens e adultos devem ser comemorados independente de resultados mais significativos ou menos significativos então a resposta é sim, foi uma significativa redução, agora se tivermos um olhar crítico, que acredito que é o certo nessas horas, percebemos que não é uma redução significativa logo que estamos falando de um período de vinte anos, houve uma redução de 7,9% de analfabetismo geral das mulheres dentro de vinte anos, é uma redução muito lenta, sem contar com o fato de que mulheres negras atingiram em 2015 a porcentagem das mulheres brancas em 1995, só vinte anos depois elas atingiram a mesma porcentagem.

A relação do Estado de São Paulo com a Educação de Jovens e Adultos já era um tema de pesquisa meu, conversando com a professora e o Guilherme, decidimos que seria proveitoso trazermos os índices de matrícula no estado após a promulgação da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Um dos problemas encontrado ao se fazer essa pesquisa são que os dados no site do Educa Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) trazem dados a partir de 1997, mas 1997 e 1998 são taxas gerais de matrícula, não se tem como saber ao certo qual o índice de matrículas na educação de jovens e adultos, pois apenas em 1999 que os dados começam a aparecer de forma separada por setor da educação.

Então aqui trarei as taxas de matrículas a partir de 1999, semipresenciais e presenciais no estado de São Paulo, fazendo um balanço entre matrículas estaduais e municipais, vendo o movimento que elas fazem e ver como foi o movimento de matrículas após a entrada da educação de jovens e adultos no Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB). Fiz um gráfico com essas taxas, as informações foram retiradas do site do INEP, Educa Censo, os números dos anos de 1999 até 2014 e no site do INEP, mas no inepdata, que traz as taxas a partir de 2015 até 2020.

Matrículas Estaduais e Municipais EJA Fundamental*



Podemos observar que há um movimento de municipalização da educação de jovens e adultos no estado de São Paulo, 1999 foi o último ano em que as matrículas estaduais foram maiores que as municipais, mas é importante ressaltar que neste ano não há as informações separadas sobre supletivo de Fundamental, apenas o total, então há grandes chances de estar contado no montante o supletivo de Ensino Médio, fazendo com que as taxas de matrículas fiquem tão altas.

Mas tirando o caso de 1999, podemos notar essa mudança de estado para município, movimento que vinha sendo feito desde 1990, pelo estado de São Paulo, com a extinção da Fundação Educar e ao longo da década “em virtude da política de reforma da rede estadual paulista, que desencorajou a expansão do então denominado ensino supletivo[...]” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg.4), para então em 1996 extinguir todas as salas de alfabetização e séries iniciais do ensino fundamental de sua rede escolar com o Decreto 40.673/96, que traz os seguintes artigos, dentre outros:

“Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental, através de ação conjunta dos poderes executivos estadual e municipal.

Artigo 2º - O processo de implantação do Programa será gradativo, conforme a adesão dos municípios, para a assunção total ou parcial do ensino fundamental da rede pública estadual e da gestão educacional.

Artigo 3º - Na pactuação serão consideradas as peculiaridades locais e regionais, adequando-se à capacidade técnico-administrativo-financeira de cada município.

Artigo 4º - O Estado cooperará com os municípios parceiros, para instituição do processo de avaliação do sistema de ensino, com a finalidade de proceder às correções necessárias para implantação do Programa.” (SÃO PAULO, 1996)

Só que, há um porém em que os municípios alegam que não houve uma negociação de como seria essa transferência e mesmo que no decreto esteja que o Estado daria suporte para os municípios, tanto financeiramente como na implementação, mas não foi isso que ocorreu, como Haddad (2015) traz em seu texto

“[...] gestores municipais se queixam do governo estadual pela transferência, não negociada com os municípios, de responsabilidades que as duas instâncias governamentais deveriam compartilhar na provisão do ensino fundamental, e também oferecem evidências de que o Estado vem se omitindo de responsabilidade que lhe é própria, como a provisão do ensino médio.” (pg.21)

Além do mais, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) não incluía no seu orçamento as matrículas da EJA, devido às políticas de fundo adotadas pelo Governo Federal, logo, os municípios optaram por não priorizarem essa modalidade “em detrimento de outras, como a Educação Infantil, cuja demanda social se explicita com maior intensidade” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg.5)

O Estado quis tanto passar a responsabilidade da demanda de alfabetização e ensino fundamental para os municípios que, como Di Pierro e Ximenes(2011) trazem no texto,

“Há orientações expressas das Coordenações e Diretorias de Ensino no sentido de que as escolas encaminhem os demandantes de vagas de ensino fundamental, tanto primeiro quanto segundo segmentos, para que procurem matrícula junto às redes municipais de ensino, o que representa na prática o aprofundamento da municipalização.”(pg.10)

A educação de jovens e adultos não foi priorizada quando se houve contenção dos gastos públicos, como Di Pierro (2001,2005) traz “as reformas implementadas sob o condicionamento de contenção de gasto público privilegiaram o ensino fundamental na infância e adolescência, mantendo a modalidade em uma posição marginal na agenda governamental” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg.3) e o Poder Judiciário não interviu a favor da EJA quando se percebeu o distanciamento dos preceitos legais e as políticas públicas, como já havia feito em defesa da educação infantil, ensino fundamental de crianças e adolescentes e educação inclusiva, no quesito adaptação das escolas. Tendo isso em vista, a sua entrada no FUNDEB deveria ser algo positivo para a modalidade e que a oferta fosse maior, como Haddad (2015) traz

“Se a inclusão da EJA nos cálculos do Fundeb tem o intuito de induzir o comportamento dos governos subnacionais, viabilizando e incentivando a ampliação da oferta da modalidade e a melhoria de sua qualidade, os dados coletados nessa frente de pesquisa mostram que essa estratégia só terá eficácia se os valores de referência forem considerados não só para efeitos de captação dos recursos do Fundo, mas também para a execução dos gastos, cuja transparência pública requer regulamentação nacional urgente.”(HADDAD, 2015, pg. 20 e 21)

Mas, como podemos ver desde 2007, data do FUNDEB, as matrículas na EJA continuam em declínio, há uma crescente pequena em 2008 nas matrículas municipais, mas não tem como afirmar que seja um resultado do FUNDEB, a inclusão da educação de jovens e adultos no fundo é importante no quesito de redistribuição de verba para os estados e municípios, mas não há comprovações de que tenha afetado a modalidade fazendo com que a oferta seja maior

“É possível afirmar que a inscrição na EJA nas políticas universais da educação básica (alimentação, transporte, livro didático, descentralização de recursos) teve efeitos positivos sobre as condições de oferta escolar, mas a vigência do Fundeb em si não teve qualquer impacto positivo mensurável ou percebido pelos gestores sobre a modalidade.” (HADDAD, 2015, pg.24)

É necessário compreender que não é apenas o descaso do Estado e o aprofundamento da municipalização que diminui as taxas de matrículas, é todo um conjunto de como a educação para esse grupo é formada e oferecida, os fatores internos do sistema educativo, como “a disponibilidade, a acessibilidade, a organização, a qualidade e a relevância da educação escolar que tem sido oferecida para os jovens e adultos que são seus potenciais destinatários.” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg.7), existe então uma distância entre “as necessidades educativas dos jovens e adultos das camadas populares, as condições que dispõem para desenvolver seus processos de aprendizagem e o ensino que lhes é oferecido.” (DI PIERRO, XIMENES, 2011, pg.7)

Criando assim uma relação de transmissão de responsabilidades, sem apoio por parte do estado, seja ele financeiro ou técnico, deixando assim os municípios lidando com todas as questões, que a implementação da EJA trouxe, sozinhos, sem suporte e sem verba, já que o estado não faz repasse de verba para que eles possam ofertar a modalidade, deixando com que os municípios optem por não ofertar por não ter nenhuma estrutura para tal ato.

“as relações entre o estado e os municípios se caracterizam mais pela delegação de responsabilidades que pela colaboração propriamente dita. A Secretaria de Estado da Educação não provê qualquer aporte aos municípios, seja financeiro ou técnico, para a provisão da EJA.” (HADDAD, 2015, pg. 23)

Considerações finais

Esse trabalho de conclusão de curso perpassa por toda uma trajetória minha dentro da universidade, no qual a Educação de Jovens e Adultos junto com Paulo Freire se fez o único caminho possível a seguir, não teria como dizer adeus UNIFESP se não por meio deles. Foi difícil escrever pois mexe com os sentimentos, me deparar com relatos sobre a EJA sempre me emociona, pelo fato de que muitas pessoas passaram por momentos bem ruins dentro do sistema escolar, mas sempre que contam da sua volta para a escola falam que se sentiram acolhidos na EJA, e isso é muito bonito, uma modalidade que pelo jeito que deve ser construída acolhe e finaliza aquele ciclo de traumas, ou devolve a vontade de estudar, não por algum outro motivo que a vida exige, mas por ela mesma.

Bell Hooks traz em “Ensinando a Transgredir” (1994) sobre como o seu encontro com a obra de Freire a modificou, colocando-a para refletir e compreendendo melhor como fazer a luta, um trecho que inclusive usamos em uma das aulas,

“Quando encontrei a obra de Freire, bem num momento da minha vida em que estava começando a questionar profundamente a política da dominação, o impacto do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da própria colonização que ocorre dentro dos próprios Estados Unidos, me senti fortemente identificada com os camponeses marginalizados de que ele fala e com meus irmãos e irmãs negros, meus camaradas da Guiné-Bissau[...]

Ele me fez pensar profundamente sobre a construção de uma identidade na resistência. Uma frase de Freire se tornou um mantra revolucionário para mim: “Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde”, [...]” (HOOKS, 1994, pg. 66)

E acredito que seja isso que o contato com Freire faça, nos coloca para pensar e repensar não só nossas práticas, mas de todos aqueles que passaram por nós durante a caminhada, e também em como a educação que temos hoje exclui e marginaliza ainda mais aqueles que já estão nessa condição pelo motivo que seja, ao mesmo tempo que o contato com ele nos faz ficar revoltado por perceber que tem como as coisas serem melhores e não são apenas por interesses de uma pequena parte da sociedade, ele nos faz ter esperança de um mundo melhor, que repensando nossas práticas e fazendo nossas pequenas mudanças, podemos sim entrar num movimento de melhoria da educação e da sociedade.

“O coração da gente muda quando a gente muda o mundo que cria o coração da gente; fora disso, não muda. A gente vai mudando com a mudança que a gente vai fazendo na realidade. É a mudança da realidade que muda a gente.” (FREIRE, 1986, APUD, URPIA, 2020, pg. 14)

Lendo ele há uma mistura de sentimentos e acredito que dessa forma é fácil compreender a trajetória dos quatro livros que foram propostos, é como se nós passássemos pelos mesmos sentimentos que ele quando os escreveu, primeiro a revolta e apontamento de como muitas coisas estão erradas e de determinada forma, educação libertadora, poderia estar melhor e depois a esperança de que podemos conseguir, independente das dificuldades postas no caminho.

O percurso de construção da unidade curricular trouxe muito a concepção de levar em conta o que os educandos trazem de suas vivências para que pudesse compor e dar um norte para a nossa matéria, como Soares (2001), citado no texto de 2013, traz “a EJA deve perguntar primeiro que realidade há de transformar, e depois o que pode fazer a educação para que essa transformação seja de melhor qualidade.”(pg.253).

A nossa abertura para mudanças no cronograma na intenção de atender a demanda e necessidades vindas deles , pensando em todo o processo que seria nossa unidade curricular de forma remota, todos os cuidados que foram necessários termos também ao pensar o que seria essencial para a formação desses futuros educadores.

“Essa dialogicidade começa “não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes” (FREIRE, 1978, p.96)

Em relação a isso, Freire propõe que o ponto de partida desse diálogo seja a busca do conteúdo programático, em que estão implicados saberes diferentes que não podem ser impostos por ninguém, mas podem emergir a partir da comunicação crítica e esperançosa sobre nossa condição no mundo.” (SOARES, 2013, pg. 259)

Freire traz uma concepção de o que se pretende com o diálogo é a problematização do próprio conhecimento,

“O que se pretende com o diálogo é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (FREIRE, 2001, p.52, APUD, SOARES, 2013, pg.259)

Nessa ideia trago uma reflexão sobre a formação de jovens e adultos dentro da universidade, no caso da UNIFESP temos apenas uma unidade curricular obrigatória para a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos, entendo a necessidade das tantas matérias sobre e voltadas à Educação Infantil e Ensino Fundamental acredito que não seja esse o debate aqui, mas sim o fato de se acreditar que uma matéria seja capaz de dar conta de uma

modalidade tão diversificada, ao ler minha base teórica e acompanhar os encontros da monitoria, me questionei sobre, já que sempre debatemos e acabamos criticando educadores que trazem material de criança para a alfabetização de adultos, mas não temos mais matérias para que se faça da maneira correta.

Longe de mim defender aqui professores que não têm a sensibilidade de procurar um material adequado para a modalidade em que está trabalhando, mas ao mesmo tempo não podemos jogar toda essa carga em cima do profissional, se a faculdade não dá o preparo para ele, não o apresenta a forma que deve ser feito e não dá meios para que ele construa seu alicerce para a alfabetização dos jovens e adultos. É necessário que olhemos para como está se dando essa formação de professores, na UNIFESP temos a sorte de ter uma educadora que atende a demanda que a turma traz e tenta ao máximo apresentar a realidade da EJA nos dando todo o suporte necessário para conseguirmos assumir uma turma, mas mesmo assim ainda se é necessário escolher os temas que iremos apresentar e abordar com os educandos em sala.

Pensando na formação de professor acho importante trazer aqui concepções que Freire traz sobre, começando pela coerência, como já citado anteriormente aqui, a ideia de diminuirmos a distância entre nossa fala e nossa prática, a autocrítica, “É aprendendo a criticar a minha prática de hoje que eu me preparo a ter uma prática melhor amanhã” (FREIRE, 1986, apud, URPIA, 2020, pg. 9), é necessário que sempre questionemos nossas práticas, para não ficarmos repetindo nossos erros e equívocos sempre, dia após dia, às vezes a prática de ontem já não encaixa mais no amanhã e só temos o hoje para repensarmos, e ser educador/educadora é sempre nos aperfeiçoar.

Ele traz que uma das virtudes do educador(a) é a humildade, que não se aceita a arrogância como companhia da prática, não podemos nos colocar em um lugar de detentor de todo o conhecimento, de se tornar proprietário de algumas certezas que não irão mudar, não é esse o ideal de profissional, como ele traz em sua palestra de 1986, “[...] quando a gente, im-humildemente se arvora na qualidade de proprietário de certezas que não mudam, então a gente começa a perder a capacidade de estar certo.” (URPIA, 2020, pg.10), as muitas certezas faz com que a gente pare de se questionar, e com o passar do tempo, seja ele longo ou curto, passamos a começar a ficar errados, pois paramos de fazer o exercício da autocrítica,

essencial para a nossa prática. E aqui podemos acrescentar a necessidade do silêncio do educador que ele traz também, como um complemento, se fazendo absolutamente necessário, se colocando como espectador para que o educando fale, se expresse e ele apenas ouça, fazendo o movimento de ser humilde, aprender em conjunto e diminuir a tensão da autoridade da palavra do educador.

Ele traz também uma questão sobre buscar competência, e acredito que entre perfeitamente tanto na discussão do que é necessário para ser um educador(a), como na discussão sobre formação de professores, a partir do momento que nos vemos nesse lugar precisamos ter total consciência que estamos ali para realmente ensinar, para agregar na vida daqueles tantos que estão ali com você em sala e para isso precisamos ter competência, precisamos estar sempre atualizados e por dentro, mas também precisamos ter uma formação decente, que nos dê respaldo para termos onde buscar.

“Uma outra que é absolutamente fundamental é a da responsabilidade que o educador deve sentir diante do educando no sentido da sua formação permanente, quer dizer, o sentido da busca de sua competência.” (FREIRE, 1986, apud, URPIA, 2020, pg.12)

Mas como a Educação de Jovens e Adultos não fica apenas na bolha acadêmica, precisamos partir para a realidade da modalidade, fora das nossas vivências incríveis dentro dos muros da universidade. A EJA tem o seu lado encantador e emocionante, projetos que fogem da educação bancária e realmente se constroem com base nos jovens que a compõem, mas infelizmente esses projetos não são a realidade da maioria das experiências e sendo a modalidade que mais sofre ataques e descasos por parte do Estado.

Olhando para os nossos índices de analfabetismo podemos entrar em um debate de como em pleno século XXI temos taxas tão altas, e vem num processo lento de queda. Acho que cabe aqui fazermos uma relação entre esses dados e as quedas de matrículas na EJA, a diminuição da oferta faz com que as pessoas permaneçam fora da escola, não tendo a chance de se alfabetizar.

Além do mais, não há projetos de alfabetização que tenha dado resultados tão positivos ao ponto de fazer as taxas diminuírem significativamente, as taxas em 20 anos caíram pela metade, algumas nem isso, é um recorte de tempo muito longo para resultados tão pequenos.

Percebemos aqui que não é de interesse do governo erradicar o índice de analfabetismo absoluto e funcional, mesmo que ele faça planos e coloque metas para que isso aconteça, mas como mostrado mais acima as metas já estão atrasadas, do analfabetismo absoluto em quatro anos, do funcional mais ainda, pois ao invés das taxas baixarem elas subiram, podemos questionar qual o interesse do governo em não erradicar essas taxas, mas acredito que seja aquela ideia de não ser interessante ter uma população alfabetizada, pensando em jovens e adultos, essa alfabetização deverá trazer o pensamento crítico, e aqui nesse ponto fica menos interessante ainda para os políticos, afinal quem com um pensamento crítico vai votar neles? Como diz Freire(1986)

“A minha sugestão aos educadores e aos camponeses é: recebam o dinheiro e votem no contrário e durmam em paz. Isso é que é moral. Lutemos, meus amigos, para tirar a névoa de cima da realidade brasileira de dentro da cabeça da gente.

[...] É tirar a névoa de cima da realidade e mobilizar o povo para votar melhor. O que significa votar melhor? Significa votar contra aqueles que oprimem e exploram desde que este país foi inventado” (URPIA, 2020, pg.18)

Pensando na queda de matrículas da EJA no Estado de São Paulo, podemos supor que é um planejamento para se erradicar com a modalidade, em 1996 ele já passou a responsabilidade para os municípios, esses não tem verba para manterem salas de educação de jovens e adultos, e o governo do estado não dá o suporte financeiro que foi prometido no Decreto, o governo do estado então se faz leviano nesses dois momentos.

Pensando em como fica a modalidade então nesse meio, podemos perceber que os educandos(as) são os que mais perdem com a irresponsabilidade do Estado, já que nessa movimentação de um para o outro muitas salas foram fechadas, até a modalidade ser inserida no FUNDEB, muitos municípios, optaram por não ofertar, lembrando que pelo Decreto a implementação da EJA nos municípios dependia da adesão dos mesmos, então eles podiam aceitar ofertá-la ou não, já que o estado dava respaldo legal para isso. Mas em contrapartida o governo do estado não assumia essas salas que foram fechadas, afinal ele já tinha extinguido as salas de alfabetização e fundamental da sua oferta.

A modalidade dentro do estado de São Paulo vem sofrendo ataques desde a década de 1990, a falta de oferta, a tímida chamada pública e a falta de verba são alguns dos motivos para a queda nas matrículas, mas também precisamos levar em conta os fatores internos do sistema educativo para essa modalidade, como a disponibilidade , a oportunidade de

permanência, a qualidade do ensino, a relevância daquela educação escolar para os jovens, são questões que estão todas previstas em lei, pela LDB, mas não são asseguradas e nem defendidas pelo poder jurídico como outras modalidades já foram. O estado de São Paulo nunca foi responsabilizado por essa queda nas matrículas, pela falta de oferta e a não permanência dos alunos, e não foi por falta de evidenciação.

A caminhada na EJA, seja como educador(a) ou educando(a), não é fácil, ela demanda uma luta para que o básico seja assegurado, são muitas questões indo contra, é o ameaço de acabar com a modalidade todo ano sendo debatido, a falta de verba, a formação dos professores que deveria ser decente, mas deixa a desejar em muitas questões, a baixa remuneração e a falta de reconhecimento do Estado. Mas mesmo com tudo indo contra, a luta continua, iremos atrás da renovação da educação e da sociedade. Pode ser difícil e desanimador em alguns momentos, mas a chama da revolução não pode se apagar, não se pode deixar uma pequena parte da população vencer por interesses próprios que apenas os beneficiam. A Educação de Jovens e Adultos me deu um motivo para continuar lutando.

“Há uma necessidade imperiosa de persistir e jamais desistir, o que também não é fácil.”
(FREIRE, 1986)

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012, p.g. 25-47

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_208_.asp .

Acesso em: 09 ago 2021

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 ago 2021

DI PIERRO, M. C.; XIMENES, S. B. Políticas e direitos educativos dos jovens e adultos no estado de São Paulo: notas de pesquisa e relato de intervenção. 2011. Trabalho apresentado ao 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, São Paulo, 26-30 abr. 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/HfCVKWz>. Acesso em: 09 ago 2021

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IRELAND, T. D. Educação de Jovens e Adultos como política pública no Brasil (2004-2010): os desafios da desigualdade e diversidade. Rizoma Freireano, v. 13, p. 1-16, 2012.

RIBEIRO, Vera Masagão; CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio (Org.). A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados. Série documental, relatos de pesquisa 39. Brasília: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

SÃO PAULO. Decreto nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996. Disponível em:

<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/173039/decreto-40673-96>. Acesso em: 09 ago 2021

SOARES, L. J. G.; PEDROSO, A. P. F. Dialogicidade e a formação de educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 250–263, 2013. DOI: 10.20396/etd.v15i2.1281. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1281>. Acesso em: 09 ago. 2021.

URPIA, Maria de Fátima Mota. Entrevista e Palestra/Conferência de Paulo Freire às margens do Velho Chico, nos idos de 1986... Revista Brasil de Educação de Jovens e Adultos, vol. 7, p.1-19, 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/10437/7313>.

Acesso: 09 ago 2021

Taxas de matrículas disponíveis em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>

<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard>

Apêndices

Balço de matrículas da EJA de 1999 até 2020

1999	Matrículas EJA
	Supletivo
Federal	144
Estadual	455.685
Municipal	289.038
Privada	124.371

2000	Matrículas EJA	
	Supletivo Total	Supletivo Fundamental
Federal	67	0
Estadual	515.689	236.208
Municipal	317.909	289.290
Privada	36.783	36.783

2001	Matrículas EJA	
	Supletivo Total	Supletivo Fundamental
Federal	12	0
Estadual	542.952	233.885
Municipal	309.093	285.378
Privada	107.401	45.193

2002	Matrículas EJA			
	Supletivo Total	Supletivo Fundamental	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	0	0	0
Estadual	372.150	131.196	108.103	109.630
Municipal	309.956	291.832	20.759	4.942
Privada	56.010	21.579	22.471	25.291

2003	Matrículas EJA			
	Supletivo Total	Supletivo Fundamental	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	0	0	0
Estadual	449.738	144.814	110.262	115.270
Municipal	320.781	299.027	16.163	5.733
Privada	50.394	20.028	19.630	17.476

2004	Matrículas EJA	
	Supletivo Total	Supletivo Fundamental
Federal	0	0
Estadual	499.820	148.174
Municipal	334.227	321.163
Privada	42.552	18.538

2005	Matrículas EJA			
	Supletivo Total	Presencial Fundamental	Semipresencial Total	Semipresencial Fundamental
Federal	0	0		
Estadual	511.614	143.717	231.405	106.605
Municipal	328.666	314.559	15.588	11.188
Privada	33.284	15.141	16.315	7.174

2006	Matrículas EJA			
	Supletivo Total	Supletivo Fundamental	Semipresencial Total	Semipresencial Fundamental
Federal	32	0	0	0
Estadual	515.727	142.165	211.257	93.346
Municipal	297.845	284.101	9.781	7.882
Privada	21.290	6.790	11.631	4.321

2007	Matrículas EJA				
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio	EJA Integ. Ed. Prof.
Federal	0	46			161
Estadual	124.931	357.039	68.461	92.805	0
Municipal	241.559	11.492	8.025	4.338	0
Privada	3.695	9.581	1.452	2.243	0

2008	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	248	0	0
Estadual	107.323	339.291	61.137	88.152
Municipal	262.187	11.247	10.020	5.110
Privada	3.995	10.359	1.369	2.515

2009	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	297	0	0
Estadual	86.028	293.364	56.221	83.977
Municipal	226.803	10.338	7.677	5.119
Privada	3.613	8.756	524	759

2010	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	324	0	0
Estadual	57.289	227.896	34.042	53.509
Municipal	194.263	9.184	7.796	5.908
Privada	2.191	4.604	44	88

2011	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	52	204	0	0
Estadual	43.962	195.376	26.246	33.479
Municipal	174.444	8.663	8.481	6.146
Privada	2.250	3.968	0	0

2012	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	126	147	0	0
Estadual	34.756	177.756	32.371	42.328
Municipal	159.807	8.089	6.085	6.504
Privada	2.114	3.596	0	0

2013	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	175	0	0
Estadual	34.974	172.771	27.508	44.339
Municipal	148.017	7.226	6.877	7.140
Privada	2.101	3.754	0	0

2014	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	0	165	0	0
Estadual	29.970	158.038	31.645	56.085
Municipal	136.806	7.018	5.416	5.893
Privada	1.584	2.737	0	0

2015	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	-	-	-	-
Estadual	23.079	138.584	33.021	58.330
Municipal	127.681	6.065	3.671	3.305
Privada	1.430	2.529	18.071	31.384

2016	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	10	45	-	-
Estadual	26.482	160.177	36.709	67.434
Municipal	125.097	5.496	5.359	5.517
Privada	1.656	2.695	5.119	6.314

2017	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	-	59	-	-
Estadual	37.034	170.999	23.875	55.130
Municipal	119.566	5.707	5.232	5.852
Privada	1.493	2.458	1.750	7.017

2018	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	9	55	-	-
Estadual	36.494	171.818	27.400	62.737
Municipal	112.941	4.837	4.398	5.082
Privada	1.257	2.210	1.696	12.436

2019	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	-	112	-	-
Estadual	33.086	157.463	24.459	56.471
Municipal	107.339	3.673	3.579	5.390
Privada	1.246	1.826	1.063	12.261

2020	Matrículas EJA			
	Presencial Fundamental	Presencial Médio	Semipresencial Fundamental	Semipresencial Médio
Federal	-	84	-	-
Estadual	32.345	151.840	22.866	52.028
Municipal	101.119	3.315	3.025	3.927
Privada	1.266	1.502	835 (EAD)	7.120 (EAD)